



AMAPÁ

GESTÃO DO FOGO NA AMAZONIA

**DIAGNÓSTICO
POR ESTADO**

DIAGNÓSTICO | GESTÃO DO FOGO NA AMAZÔNIA AMAPÁ

O estado do **Amapá** é composto por 16 municípios e 733.759 habitantes (Censo 2022), distribuídos em uma área de 142.470 km². O território é majoritariamente coberto por formações florestais e com áreas naturais não florestais concentradas no leste do estado. As unidades de conservação, que abrangem 73% da área do Amapá, são fundamentais para a prevenção de incêndios florestais. **O fogo representa um desafio para o Amapá**, com impactos agravados em anos de El Niño, como em 2023, quando incêndios de grandes proporções atingiram o estado. Das sete Unidades de Conservação estaduais, quatro enfrentam problemas com o fogo, agravados

pela expansão da pecuária e pela presença de turfeiras, cujo combate é tecnicamente mais complexo. Queimadas ilegais ao longo das rodovias, associadas ao desmatamento, e o uso tradicional do fogo no preparo de roçados elevam os riscos e exigem ações estratégicas e integradas de gestão.

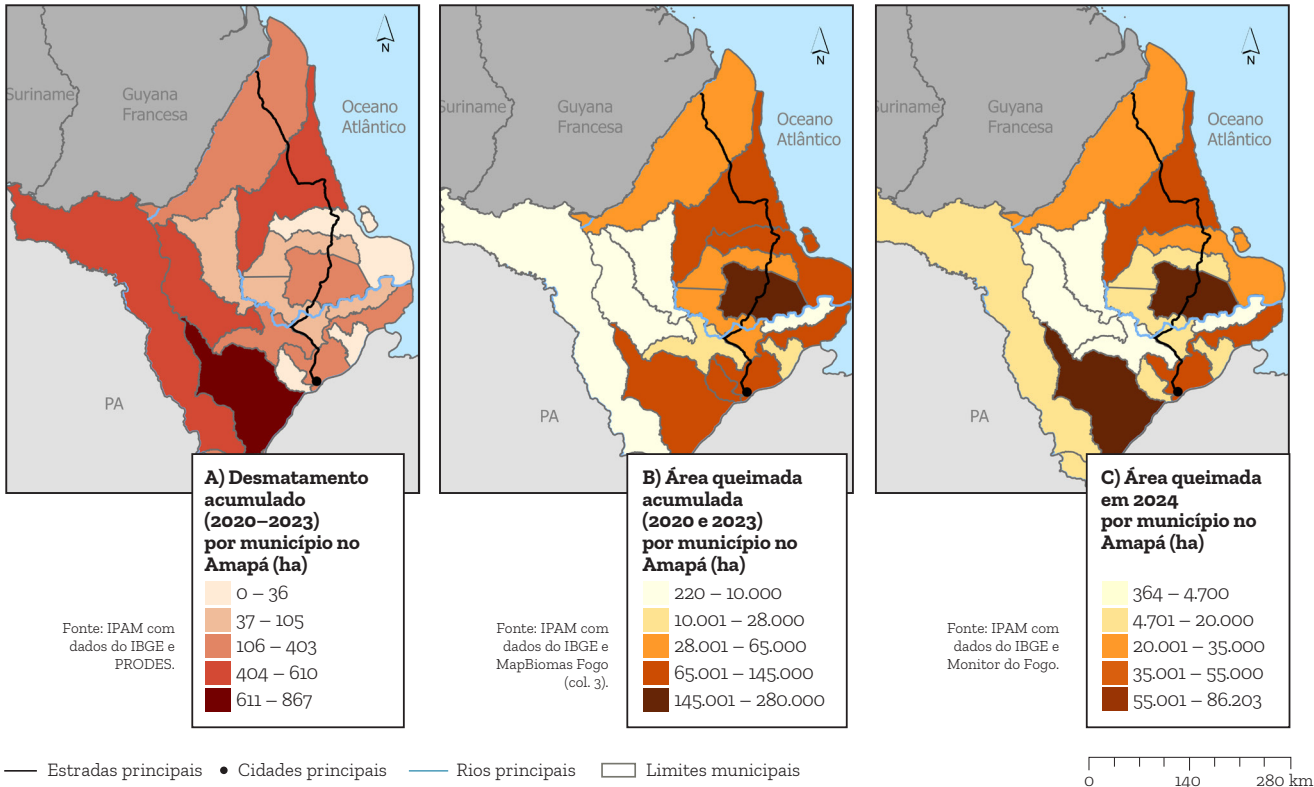


PERÍODO CRÍTICO:

95% dos incêndios florestais ocorreram entre setembro e dezembro (dados de 1985 a 2023).

Fonte: MapBiomass Fogo.

Figura 1. Desmatamento e área queimada acumulados de 2020 a 2023 e em 2024 por município.



INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS NO AMAPÁ

Esferas de Governo	Instituições entrevistadas no Diagnóstico da Gestão do Fogo no Amapá
Federais	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
Estaduais	<ul style="list-style-type: none"> • Corpo de Bombeiros Militar (CBM) • Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); • Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA); • Instituto de Extensão Assistência e Desenvolvimento Rural (RURAP).

INICIATIVAS DE PREVENÇÃO, COMBATE E CONTROLE DO FOGO - DESTAQUES NO AMAPÁ

No Amapá, as ações de prevenção e controle do fogo são orientadas pelo **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Amapá (PPCDAP)**, coordenado pela SEMA. Além da gestão do plano, a **SEMA** promove **campanhas educativas e de conscientização ambiental para engajar a população na prevenção de incêndios**. Entre as iniciativas operacionais, destaca-se a Operação Guardiões dos Biomas, executada no estado como **Amapá Verde**, que reúne esforços do Ministério da Justiça e órgãos parceiros, com foco no combate aos incêndios, prevenção de crimes ambientais

e ações de educação ambiental. A operação conta com cerca de 700 militares do Corpo de Bombeiros Militar, organizados em ciclos operacionais e com equipes posicionadas em bases avançadas nos municípios estratégicos, com suporte de tecnologias de monitoramento, como imagens de satélite e drones. Complementando as iniciativas do estado, o **Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural (RURAP)** atua em todos os municípios com assistência técnica para a adoção de práticas sustentáveis, reduzindo a dependência do uso do fogo no campo.



©AdobStock

GOVERNANÇA NA GESTÃO DO FOGO

NORMATIVAS

No Amapá, a **governança sobre o fogo** é orientada por um conjunto normativo recente, com **normas que disciplinam as autorizações, medidas emergenciais e estratégias de governança**.

A autorização da queima controlada pode ser emitida tanto pela SEMA quanto pelos municípios, com restrições temporárias em épocas de maior risco de incêndios. Na governança, o Amapá se destaca pela criação de um **Comitê de Prevenção de Incêndios**, que identifica áreas vulneráveis, coordena ações e atualiza estratégias anualmente. Além disso, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (PPCDAP) reflete um esforço integrado de longo prazo para reduzir o impacto do fogo na vegetação nativa.

AMAPÁ		
EIXO TEMÁTICO	INSTRUMENTO	NORMA ESTADUAL/DESCRIÇÃO
Autorização de Queima	Procedimento	Instrução Normativa SEMA n.º 002/2024 Institui procedimentos para emissão de autorização de queima pela SEMA
Emergencial	Proibitivo	Portaria SEMA n.º 227/2024 Suspende o uso de fogo em todo território do Amapá em período determinado
Governança	Prevenção	Lei n.º 3.047/2024 Estabelece diretrizes e medidas de prevenção de incêndios em áreas de risco; criação de comitê
	Comitê	Decreto n.º 5.677/2024 Institui o Comitê Interinstitucional de Prevenção e Combate à estiagem e incêndios florestais, incluindo o seu objetivo e detalhando a composição
	PPCDQ	Lei n.º 3.811/2023 Institui o Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais do Estado do Amapá
Legislação Ambiental	Uso do Fogo	Lei Complementar n.º 169/2025 Institui o Código de Governança Socioambiental, Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Mudança do Clima, com medidas para prevenir queimadas irregulares, como educação ambiental, embargo de áreas queimadas ilegalmente e suspensão de autorizações de uso do fogo
Licenciamento Ambiental	Específica	Resolução COEMA n.º 018/2009 Estabelece regras complementares para casos em que a queima controlada possa causar impactos em Unidades de Conservação estaduais
		Resolução COEMA n.º 062/2024 Apresenta requisitos mínimos que o município deve cumprir, para competência de emissão de autorizações ambientais

ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

○ **Comitê Interinstitucional de Prevenção e Combate à Estiagem e Incêndios Florestais**, coordenado pela **SEMA**: e instituído pelo Decreto nº 5.677/2024, desempenha um papel central na gestão integrada do fogo no Amapá. Responsável por implementar as ações prioritárias do PPCDAP, o Comitê articula esforços **de prevenção, monitoramento, combate e controle, promovendo a cooperação entre instituições estaduais e fortalecendo a governança ambiental no estado.**

Outro destaque da articulação interinstitucional é a **Sala de Situação**, responsável pelo monitoramento de áreas críticas. Operada pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA) e vinculada à SEMA, foi criada por meio de acordo entre SEMA, Agência Nacional das Águas, IEPA e Defesa Civil. Inicialmente focada no monitoramento hidrometeorológico, passou a priorizar, a partir de 2023, o acompanhamento dos incêndios florestais.

Quadro 1.
Instituições que participam do Comitê Interinstitucional de Prevenção e Combate à Estiagem e Incêndios Florestais no estado do Amapá.

Nome do Comitê	Instituições que participam
Comitê Interinstitucional de Prevenção e Combate à Estiagem e Incêndios Florestais	<ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP);• Corpo de Bombeiros Militar;• Delegacia Especializada em Crimes Contra o Meio Ambiente (DEMA);• Centro Integrado de Operações de Defesa Civil;• Grupamento Tático Aéreo do Amapá;• Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amapá (BA-PM/AP);• Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual (BPRE/AP);• Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR);• Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI);• Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM);• Secretaria de Estado de Assistência Social; (SEAS);• Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária (DIAGRO);• Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP);• Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA);• Instituto de Terras do Estado do Amapá;• Universidade do Estado do Amapá (UEAP).
Decreto	
Decreto Nº 5.677/2024 Implementar as ações prioritárias do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais do Estado (PPCDAP 2022-2025)	
Coordenação	
SEMA	

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A gestão do fogo no Amapá é orientada por instrumentos estratégicos de médio e longo prazo, como o **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Amapá** (PPCDAP 2022-2025), coordenado pela SEMA, e o **Plano Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar do Amapá** (2024-20230). O PPCDAP estabelece metas e estratégias para enfrentar o desmatamento, as queimadas e a degradação ambiental no Amapá, com foco na **conservação dos recursos naturais, redução das emissões de carbono e promoção do desenvolvimento sustentável**. As ações incluem o fortalecimento de políticas públicas, o aprimoramento do monitoramento,

o incentivo a práticas produtivas sustentáveis, a ampliação da educação ambiental e a articulação institucional. Apesar de ser uma ferramenta importante para a gestão ambiental, o PPCDAP (2022-2025) não estabelece metas específicas para a redução de incêndios florestais. Complementarmente, o Plano Estratégico do CBM (2024-2030) estabelece diretrizes para o fortalecimento do combate aos incêndios, por meio da **capacitação continuada das equipes, uso de tecnologias avançadas, melhoria dos sistemas de alerta precoce e engajamento das comunidades** sobre os riscos das queimadas.

Figura 2.
Instrumentos estratégicos de meio a longo prazo que orientam a gestão do Fogo no estado do Amapá.



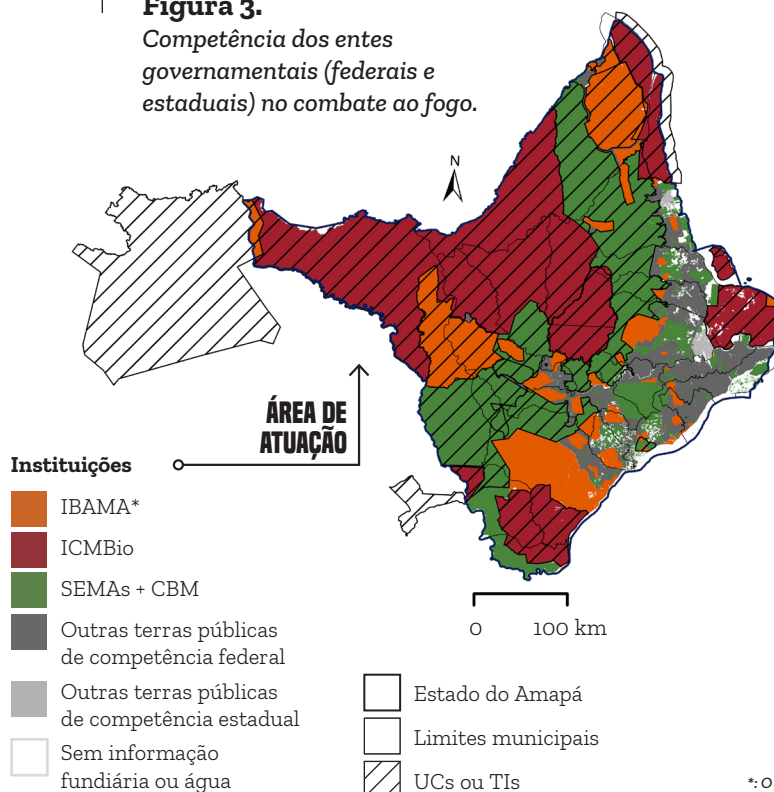
AUTORIZAÇÕES DO USO DO FOGO

No Amapá, a **Queima Controlada** pode ser **autorizada** tanto pela **Secretaria de Estado do Meio Ambiente** quanto pelos **municípios**, seguindo os procedimentos da **Instrução Normativa SEMA n.º 002/2024**. O procedimento exige que o pedido seja feito com antecedência mínima, mediante a entrega dos documentos exigidos e a comunicação prévia aos vizinhos, reforçando o compromisso com a transparência e a mitigação de riscos. Para a **agricultura familiar, há um trâmite simplificado**. Durante os períodos críticos, o uso do fogo é temporariamente suspenso, com exceções para atividades essenciais. A medida busca prevenir incêndios e minimizar seus

impactos à saúde e ao meio ambiente. As autorizações não são gerenciadas por um sistema eletrônico específico. Os pedidos seguem via Sistema de Documentos e Processos (Prodoc) e estão vinculados à Autorização de Supressão Vegetal (ASV), registrada no **Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor)**. Em 2024, apenas duas autorizações foram emitidas. A fiscalização é realizada por meio de vistorias, conforme avaliação do órgão ambiental, durante o período de validade da autorização. Os polígonos das áreas autorizadas não são disponibilizados publicamente.

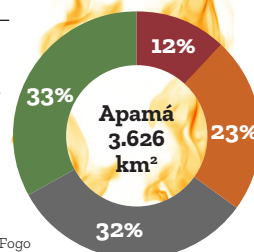
COMPETÊNCIAS NO COMBATE AO FOGO

Figura 3.
Competência dos entes governamentais (federal e estaduais) no combate ao fogo.

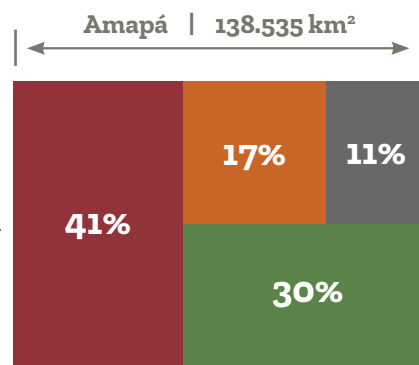


ÁREA QUEIMADA EM 2024

Fonte: Monitor do Fogo



PROPORÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO À ÁREA DO ESTADO DO AMAPÁ



*: O Manejo Integrado do Fogo no âmbito federal conta com a parceria entre IBAMA e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a Fundação Cultural Palmares, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

No Amapá, observa-se uma maior integração entre as instituições federais nas ações de combate aos incêndios, enquanto as estaduais tendem a atuar de forma mais setorial. Em situações específicas, como nos incêndios de grande magnitude, a Defesa Civil estadual coordena a formação de Comitês de Crise, promovendo a articulação entre diferentes órgãos para uma resposta emergencial conjunta. Um destaque positivo é o termo de cooperação firmado entre o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e o governo da França, que fortalece as ações integradas na região de fronteira com a Guiana Francesa.

FLUXOS DE COMANDO PARA O COMBATE AO FOGO

No Amapá, a detecção de focos de incêndio ocorre por meio de diferentes canais, incluindo monitoramento via satélite, rondas de campo e comunicação direta da população ou acionamento do Corpo de Bombeiros. As informações geradas alimentam respostas institucionais diversas, que variam conforme a jurisdição e a gravidade do incêndio.

O **ICMBio** opera com brigadas de plantão que, ao receberem informações sobre incêndios, se deslocam com equipamentos até o local para reconhecimento. Quando possível, iniciam o combate, mas seu principal objetivo é coletar informações para o planejamento da operação. O combate segue um fluxo técnico padronizado:



©AdobeStock

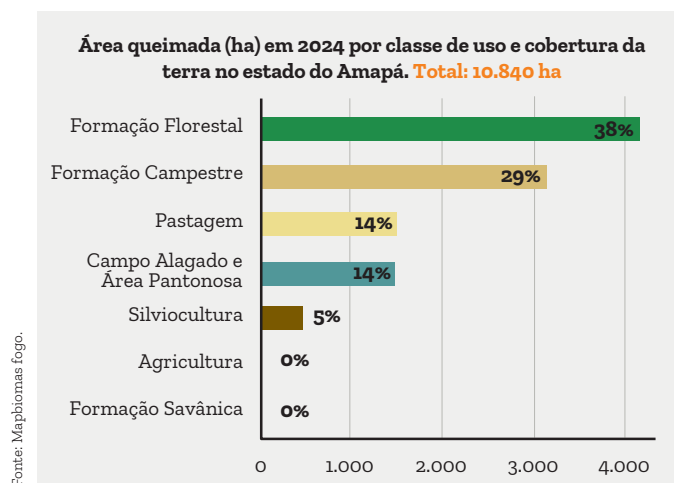
detecção, reconhecimento, primeiro combate, controle, extinção, monitoramento (patrulhamento) e desmobilização. No caso do **IBAMA**, os esforços se concentram, prioritariamente, no enfrentamento de incêndios de grande proporção, cuja complexidade exige articulação entre diferentes níveis de governo e uma logística mais robusta, com mobilização de equipes e recursos em escala regional. O **CBM** organiza seu planejamento operacional dentro da estrutura da Operação Guardiões do Bioma, coordenando suas ações de resposta a partir das diretrizes da operação nacional.

Os acionamentos ocorrem, em sua maioria, por meios informais, como ligações telefônicas e mensagens via WhatsApp, o que dificulta a padronização e o registro sistemático dessas comunicações. As denúncias costumam ser direcionadas ao canal geral do IBAMA em Brasília, sendo raramente encaminhadas ao Corpo de Bombeiros Militar. Essa diversidade de fluxos e canais evidencia a necessidade de integrar e estruturar melhor os sistemas de alerta e resposta, visando maior efetividade no combate aos incêndios.

MONITORAMENTO DO FOGO

O monitoramento do fogo no estado do Amapá é realizado, principalmente, pela Sala de Situação do **Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA)**, que juntamente com a SEMA, emitem boletins diários durante o período crítico, utilizando plataformas como BD Queimadas e Windy. O IEPA também obtém dados meteorológicos disponíveis no SIGMA, SCOPE, Ventosky, REDEMET, INMET e CPTEC, para **análise de dados climáticos e risco de incêndio**. O **ICMBio** monitora áreas queimadas por meio de **imagens, denúncias e rondas fluviais** realizadas a cada três dias. O **CBM** realiza o **monitoramento operacional** dentro das operações dos Guardiões dos Biomas e utiliza ferramentas como o Painel do Fogo e BDQueimadas, registrando dados via Google Forms. Cursos e capacitações ocorrem principalmente durante treinamentos de brigadas, com o uso de ferramentas básicas como GPS e drones. Contudo, ainda não há um sistema unificado para alertas e registro de incidentes no estado.

Figura 4.
Área queimada em 2024



RECURSO NO COMBATE E CONTROLE DO FOGO

Orçamento



CBM

R\$ 11 MILHÕES EM 2024 ✓

Lei Orçamentária Anual (LOA) e

R\$ 45 MILHÕES ✓

Fundo Amazônia.

Não foi possível identificar o orçamento específico para incêndios florestais.

SEMA

R\$ 4.2 MILHÕES EM 2024 ✓

Lei Orçamentária Anual (LOA) e recurso externo da POP (*Protecting Our Planet*) Challenge, em 2024, destinado para formação e capacitação de brigadas voluntárias.

Unidade de Conservação

seis Unidades de Conservação recebem apoio do programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), são elas:

Federal: Estação Ecológica (ESEC) de Maracá-Jipioca, Parque Nacional (PARNA) do Cabo Orange, PARNA Montanhas do Tumucumaque, Reserva Biológica (REBIO) Lago Piratuba e Reserva Extrativista (RESEX) Rio Cajari.

Estadual: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru. Os valores do apoio não foram identificados.



MANEJO INTEGRADO DO FOGO

Efetivo

■ CBM

1028 pessoas, com unidade fixa presentes em seis municípios (37,5%): Laranjal do Jari, Macapá, Oiapoque, Porto Grande, Santana e Vitória do Jari. Não foi possível separar o efetivo específico para incêndios florestais.

■ Brigadas

foram identificadas oito brigadas.

■ Prevfogo

quatro brigadas, totalizando 66 brigadistas, nos municípios: Amapá, Laranjal do Jari, Oiapoque, Tartarugalzinho.

■ ICMBio

três brigadas, totalizando 32 brigadistas nas Unidades de Conservação: Estação Ecológica (ESEC) Maracá-Jipioca, Parque Nacional (PARNA) do Cabo Orange e Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba.

■ Municipais/Estaduais

uma brigada piloto.

As iniciativas de Manejo Integrado do Fogo (MIF) no Amapá ainda são incipientes. Embora existam ações pontuais de prevenção, o estado não conta com campanhas estruturadas em escala estadual. Atualmente, as ações de MIF são conduzidas exclusivamente por instituições federais.

O **ICMBio** conduziu uma experiência piloto em uma área de 1 hectare, voltada à supressão de material combustível. A iniciativa buscou sensibilizar brigadistas e comunidades locais sobre a importância dessa prática, que ainda enfrenta resistência, especialmente em função da política anterior de "fogo zero".

Brigadistas do **Prevfogo** realizam queimas prescritas com fins preventivos, baseadas em saberes locais e experiência acumulada, embora essas ações ainda careçam de planejamento técnico mais robusto. Além disso, o Prevfogo mantém viveiros florestais, com produção anual de cerca de 12 mil mudas por brigada. Parte das sementes utilizadas é coletada por agricultores da região e doada aos viveiros, fortalecendo o vínculo entre conservação e produção rural.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

○ **Amapá enfrenta desafios crescentes na gestão do fogo, com aumento de incêndios, especialmente em anos de El Niño.** O risco é agravado pela presença de turfeiras - áreas de difícil controle - e pelo fato de 73% do território estar coberto por Unidades de Conservação, o que intensifica os impactos potenciais das queimadas sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos.

A resposta do estado tem avançado por meio de instrumentos como o **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Amapá (PPCDAP - 2022-2025)**, coordenado pela SEMA, que orienta ações voltadas à redução do desmatamento, prevenção de incêndios florestais e desenvolvimento sustentável. Complementarmente, o **Plano Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar (2024–2030)** estabelece diretrizes para fortalecer o combate aos incêndios, com foco na capacitação, uso de tecnologias, sistemas de alerta precoce e engajamento comunitário. Já iniciativas como a **Operação Amapá Verde**, desenvolvida pelo CBM e vinculada ao programa Guardiões dos Biomas, têm foco em ações de combate e fiscalização.

A governança do fogo no Amapá é apoiada por normativas recentes, pela atuação do

Comitê Interinstitucional de Prevenção e Combate à Estiagem e Incêndios

Florestais e pelo funcionamento da **Sala de Situação**, operada pelo IEPA. Entretanto, os acionamentos informais, a baixa integração entre canais de denúncia e a ausência de um sistema unificado de alertas e registros dificultam a resposta rápida e coordenada. As autorizações de uso do fogo seguem procedimentos descentralizados com a participação dos municípios, e poderiam ser fortalecidas pela adoção de um sistema eletrônico específico. Já as ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF) são incipientes, restritas a iniciativas federais como o projeto piloto do ICMBio e as queimas prescritas do Prevfogo, ainda sem estrutura técnica e escala estadual.

A articulação entre as esferas estadual e federal é fundamental para consolidar a abordagem integrada da gestão do fogo no estado, fortalecendo as capacidades locais, ampliando campanhas de prevenção, estruturando sistemas de monitoramento e autorizando o uso do fogo. A expansão das práticas de MIF, adaptadas às especificidades do Amapá, aliada à valorização de saberes locais e à cooperação entre instituições, será determinante para a construção de uma política pública eficaz, preventiva e sustentável no enfrentamento dos incêndios florestais.

GESTÃO DO FOGO NA AMAZÔNIA

GESTÃO DO FOGO NA AMAZÔNIA

Instituto de Pesquisa
Ambiental da Amazônia -
IPAM

Equipe técnica:

Ana Carolina Pessoa
Ane Alencar
Gabriela Savian
Jarlene Gomes
Pamela Moser
Waira Machida

Diagramação:

Agência W5 (w5.com.br)

ACESSE O
RELATÓRIO
TÉCNICO
COMPLETO



Brasília, DF
2025

